

JEFFERSON E O BRASIL

Ensaio histórico em torno das relações políticas entre
o Brasil-colônia e os Estados Unidos
independentes (1786-1789).

INTRODUÇÃO

Dos mais interessantes e dos mais superficialmente conhecidos, é o capítulo da História do Brasil e a dos Estados Unidos nas suas relações políticas quando no Brasil se agitaram as primeiras idéias autenticamente republicanas e de independência.

Parecendo, à primeira vista, simples aventura, tem, entretanto, importância enorme para o estudo definitivo do ideal republicano no Brasil.

Querem muitos historiadores que o movimento inicial de república, no Brasil, tenha surgido em 1710 (17-18-19) (*) com a chamada "guerra dos mascates", chefiada por Bernardo Vieira de Melo que propôs no Senado da Câmara de Olinda, a cidade dos nobres, que "se declarassem em República *ad instar* dos venezianos", tendo, antes, elegido um *juiz do povo*, tipo *Tribuni plebis*, da República Romana.

Na respectiva sessão propôs ainda que, caso não quisessem a república, "se entregassem aos polidos e guerreiros franceses", o que seria melhor do que "servirem aos grosseiros, malcriados e ingratos mascates" (18-19).

"O republicanismo veneziano" dos revolucionários de 1710, tinha por finalidade principal vingar a "ousadia" dos comerciantes ("mascates" denominados pejorativamente pelos "nobres") do Recife que pretenderam, e obtiveram do rei de Portugal igualdade cidadina, isto é: Recife obteve as mesmas prerrogativas de Olinda, que era a sede do govêrno civil e eclesiástico de então.

Iniciada a guerra pelos "nobres" olindenses chefiados por Bernardo Vieira de Melo, seu primeiro ato foi depor o governador que, acatando ordens de Lisboa, prestigiara os recifenses. Em se-

(*) . — As numerações referem-se às obras relacionadas na Bibliografia.

guida, reunidos no Senado da Câmara faz a proposta: ou república como a de Veneza, ou Colônia francesa em último caso.

As idéias republicanas dêsse movimento de 1710 eram, como se deprende dos próprios documentos, teóricas apenas, — república totalitária e aristocrática, simples govêrno de *res-publica* pelos nobres independentes e sem a participação da plebe, especialmente dos homens de negócio miúdo, — pequenos comerciantes, como os do Recife de então.

Os inconfidentes, porém, já tinham orientação diversa, mais popular, quase democrática. Baseavam-se na defesa dos direitos do povo, tendo por modelo a América Inglesa, — como denominavam os Estados Unidos, e sem a alternativa de Vieira de Melo: ou república tipo Veneza, ou entregar-se a estrangeiros.

Não. Para os inconfidentes a questão era líquida: o Brasil republicano e absolutamente independente. E para tal pleiteavam, apenas, auxílio estrangeiro: norte-americano e, quiçá, francês.

Se, porém, o que queriam não era ainda a democracia como hoje a entendemos, era, contudo, govêrno popular, moldado na constituição da América do Norte, conforme se deprende, clara è precisamente dos depoimentos da Devassa (1-21).

Nisto estão, justamente, os alicerces da popularidade de Tiradentes (Alferes José Joaquim da Silva Xavier) e seu magnífico grupo de poetas, juristas e heróis, — popularidade que foi acerbamente combatida por jacobinos regionalistas que chegaram a negar tudo ao grupo inconfidente, especialmente a Tiradentes, para dar a Bernardo Vieira de Melo e a Filipe dos Santos, êste autor da revolução de Minas Gerais em 1720 (17).

Mas não há possibilidade séria de se negar o mérito do grupo inconfundível dos conjurados mineiros de 1789.

Estudando-se detida e serenamente a fracassada revolução chefiada por Tiradentes, nítida se nos apresenta a superioridade dos intúitos desta.

Como veremos nas páginas que se seguem, papel preponderante, ainda que involuntário e indireto em parte, teve a “América Inglesa” no desenrolar da conjura cujos membros, como o grupo criador da nacionalidade norte-americana, não desgostava ver a seu lado, batendo-se pela libertação do Brasil, tal como esteve ao lado de George Washington, o grande Lafayette ou quaisquer outros franceses que os quisessem auxiliar, além do que julgavam essencial: o dos livres americanos do norte.

Para a consecução de seu nobre *desideratum* foi comissionado o estudante brasileiro de Montpellier, José Joaquim da Maia, para entender-se com o grande Thomas Jefferson, na época Ministro dos Estados Unidos em Paris, a fim de estudar as possibilidades do auxílio da nova República do Norte à projetada República do

Brasil, cujo grito de Guerra seria *Libertas quae sera tamen*, extraído da *Eneida*, de Vergílio.

* *
*

I

Para bem compreendermos as razões que levaram os brasileiros a tentar a proclamação da independência e da república em 1789, torna-se necessário examinar a situação do Brasil naquela época e a dos Estados Unidos libertados do domínio britânico.

Oficialmente descoberto em 1500, foi a nova colônia portuguesa de logo povoada com elementos de má espécie, em parte, e em parte por criminosos políticos, no geral gente boa mas revoltada, não faltando também, é bem verdade, o bom, mesmo excelente elemento de direção e chefia.

Destarte, quase todos os primeiros colonizadores do Brasil em nada, socialmente, de modo geral, se recomendavam. Isso, entretanto, não invalida a enorme capacidade colonizadora de Portugal, pois é matéria pacífica de que a melhor prova do esforço e da capacidade do povo português,

“é o próprio Brasil, onde, até os dias que correm, a cultura imperante é a cultura portuguesa, só portuguesa. — Edifica, de fato, o que Portugal fez no Brasil em pouco mais de três séculos, quer quanto à extensão, quer quanto à profundidade” (32).

E', também, o que diz Oliveira Lima (34):

“A orientação colonizadora de Portugal foi tão eficiente que nem mesmo os 60 anos de domínio espanhol (1580-1640) influíram no Brasil, prova de que os portugueses realizaram obra única entre os europeus, lançando os alicerces da maior civilização erigida nos trópicos”.

Mas ao Brasil só vinham homens. Nada de mulheres:

“A falta de mulheres brancas para se casarem com os colonos levava os jesuítas a pedirem que fôsem de Portugal orfãs pobres, que se casariam tôdas; até as “erradas” achariam marido...” — E isto porque “os brancos, apenas chegavam à terra, admitiam as índias em sua casa; aliás, as índias tinham nisso a suprema honra” (23).

Acrescente-se a falta de escolas, — afóra os Colégios dos Jesuítas existentes até a expulsão em 1759, — a vida nômade, livre e promiscua dos silvícolas e dos brancos com êstes, e, mais tarde

um pouco, com os escravos negros importados, e teremos, logo, o grau de capacidade cultural da gente que, inicialmente, povoou o Brasil.

De sociedade tal, que se poderia esperar? Absolutamente nada, afora a ambição desenfreada que se fêz notar em seguida à descoberta das minas de ouro e dos diamantes.

Foi, certo, êsse sentimento que levou os nativos, os próprios portugueses e seus filhos já nascidos na Colônia, a defenderem a terra contra os estrangeiros, franceses e holandeses, sobretudo. E essa luta, mistura de defesa da terra e, portanto de suas riquezas, e defesa de suas vidas, criaram, graças ao exemplo do próprio invasor, o sentimento inicial de nacionalidade que, pouco mais tarde, se expandiria com a ida de “brasileiros natos” a Portugal de onde, depois de freqüentar a Universidade de Coimbra, traziam novas luzes.

Proibindo escolas, proibindo indústrias, proibindo importações que não fôsem do reino, proibindo a imprensa, permitiu, contudo, que no Brasil se criassem cenáculos literários: Academia dos Esquecidos... (1724) que foi o primeiro protesto contra a pretensa superioridade dos intelectuais do reino português, Academia dos Felizes (1736), dos Seletos (1752), dos Renascidos (1759), e mais: que os brasileiros se educassem e formassem na Côte ou cursassem Coimbra, e mesmo Montpellier, e viajassem.

Mas o grupo era pequeno. O povo, a massa popular, apesar de grande, era nula: analfabetos, mulatos, escravos e mais portugueses simples colonos sem voz ativa, e portugueses que em nada contribuíam para a cultura do povo ao qual até a confecção da própria roupa era proibida. Era a defesa legítima da Metrôpole contra a Colônia rica que, por qualquer descuido, poderia tornar-se poderosa e independente.

Vivendo, pois, no obscurantismo, recebiam os brasileiros, as luzes da Mãe Pátria e, através dessa luz, aliada à de outros povos, especialmente franceses, raios inumeráveis que lhe vinham abrir os olhos e mostrar os encantos de novas teorias sociais e políticas (12).

Portugal, assim, tudo proibindo ao Brasil, tornava essas novidades liberais mais apetitosas, e em lugar de conseguir sua finalidade, — prender os brasileiros pela união — fêz grande mal a si próprio porque, freqüentando os filhos de abastados senhores fidalgos e plebeus as Escolas do Reino, viam-se aí, não raro, maltratados ou menosprezados o que, acirrando-lhes o ódio, metia-lhes XVIII, do segundo quartel em diante, quando começou a varrer no cérebro idéias libertárias. E isto, principalmente, no século a Europa, vindo da França, a primeira onda de liberalismo, manso

ainda mas que avultou com o gesto de rebeldia das colônias inglesas da América do Norte, em 1776.

*

A colônia brasileira era dirigida e governada por portugueses. Todos os cargos públicos pertenciam a reinóis salvo um ou outro, a título de consólo.

As autoridades eram excessivas, tornando, por isso, cara e confusa a administração. As prerrogativas dos funcionários vitalícios transformavam quase em caos a ação pública. Justiça pode-se dizer que não havia; mas os tribunais eram numerosos e agiam sem cessar sob o guante das demais autoridades, sacrificando, muitas vezes, o povo, sem distinção de classe.

A seguinte portaria de 15-X-1750 dá idéia precisa da situação (24):

“Porquanto tenho noticia se exercitar em fraudar a real fazenda, traficando em diamantes os mercadores, vendeiros e ainda os negros e negras das listas juntas por mim rubricadas, para que os mercadores e vendilhões fiquem certos que no dia 1.º de janeiro de 1751 devem mudar suas fazendas e pessoas para fora da demarcação, em tal forma que no dia 8 do dito mês hajam saído dela: e os negros e negras forros sejam notificados para sairem das terras demarcadas até o dia 10 do mês de novembro deste corrente ano. E, faltando, alguma pessoa ao cumprimento do que determino, a fará prender e remeter à cadeia de Vila Rica, e com certidão de todos os mais nomeados nas listas haverem saído da Comarca ou das terras demarcadas. E por ser igualmente conveniente que nos arraiais das mesmas terras se proceda em igual forma, o dr. Intendente fará lançar fora delas todos os negros e negras forros que se acharem sem escravos, e ainda aquêles que tendo-os se não acharem empregados em ministério que sustente seus senhores. Mandará alistar os mercadores e vendilhões que houver; e, fazendo um exame de seu procedimento, me dará conta com prontidão para mandar proceder na mesma forma que ao presente faço praticar”.

Mas já anteriormente, em Carta Régia (16-3-1731) El-Rei obrigava “o despêjo imediato” do local em que se minerava, de toda e qualquer pessoa fôsse qual fôsse sua condição e

“embora ai tivesse habitação e familia sob pena de dez anos de degrêdo para Angola e confisco de todos os bens para a Real Fazenda”,

proibindo-se, destarte toda a mineração, mesmo nas datas legalmente arrematadas e pagas règeamente. Era prepotência absoluta (24).

Ora, tôdas essas coisas, aliadas às infindas proibições, inclusive a de se enviarem mulheres a estudar em Portugal, e mais aos enormes impostos, só poderiam acirrar o ódio contra o dominador, ódio que foi, pouco depois, cultivado pelos brasileiros vindos da Europa onde haviam ido em busca de título que lhes dessem, ainda que em parte, direito a ser autoridade em sua Pátria.

O que foram os impostos lançados sôbre o ouro e o diamante, causa imediata da conjuração mineira, vamos encontrar perfeitamente descrito na obra de Antônio Tôrres, *As razões da inconfidência* (25) (*):

“O primeiro desses impostos foi o chamado direito do “quinto” — 20% sôbre todo o ouro extraído. Este direito começou em 1700. Poucos anos mais tarde, novo impôsto era lançado, além do “quinto”: o de capitação, odioso sob todos os pontos, porque onerava de modo especial a classe pobre. Em 1713 foi solicitada, por isso, a abolição desse impôsto. Mas sabendo que a Corôa dêle não abria mão porque lhe dava quase o que tirava no quinto, os povos ao pedirem a abolição do impôsto *per capita* (capitação), comprometeram-se “a pagar ao Rei, em lugar dêle e dos quintos, “trinta arrobas” (quase meia tonelada!) de ouro anualmente. Este ajuste começou a vigorar em 1714”.

Mas já em 1719 (alvará de 11 de fevereiro) foram os povos novamente obrigados ao pagamento dos “quintos”.

Chega, então, o momento trágico de Minas Gerais.

Idéia nítida nos dá o valor da arrecadação dos quintos de 1700 a 1713: 56.655 oitavas e o confisco subiu a 46.975 oitavas o que, reduzido a dinheiro, na época equivalia a 84:983\$669 e 70:463\$105, respectivamente (7).

Mas aumentaria depois disso, não só pelo aumento de produção como pelos dos confiscos e mais impostos e taxas, como veremos.

Os “impostos de entradas” rendiam, anualmente, tanto quanto os quintos ou mais. Assim tudo somado, idéia precisa nos dará da situação precária dos habitantes do Brasil que, pagando impostos não raro exorbitantes, não podiam fabricar coisa alguma, obrigados a importar tudo de Portugal, pagando-lhe, para êsse fim, ainda as taxas de entrada — direitos alfandegários, diríamos hoje.

Pôrto Seguro (7) assim descreve a situação criada com o alvará de 1719, citado, e de outros do mesmo ano:

“Em 1719 se ordenou o tributo por meio do quinto, pago em casa de fundição que se mandaram de novo criar. Para isso se proibiu a saída do ouro em pó; se

(*) — Obra parcial, apaixonada, jacobina, tem, contudo, o mérito da boa descrição dos lançamentos de impostos e modos de cobrança.

ordenou que os quilates das barras se avaliassem por toque, e não por ensaio. Deu isso origem a duas sublevações, a primeira em 1719, dirigida por Domingos Rodrigues Prado, paulista de Taubaté, em Pitangui; e a segunda em Vila-Rica que chegou a triunfar, submetendo o governador conde de Assumar. Juntaram-se os confederados mestre de campo Paschoal da Silva, Sebastião da Veiga Cabral, o Dr. Manuel Musqueira Rosa e outros com seus escravos, no morro do Ouro-podre, vizinho de Vila-Rica, na noite de 28 de junho de 1720, e desceram à vila, abalroando a casa do ouvidor Martinho Vieira, que deveu a vida ao ter-se escapado. Passaram aos paços do conselho, onde fizeram em pedaços os livros da provedoria da fazenda. Escreveram uma carta sediciosa ao governador, que, sem fôrças para os submeter, temporizou, declarando que não procedia contra êles. Longe, porém, de submeterem-se, no dia 2 de julho, prenderam os membros da câmara de Vila-Rica e os conduziram para o Ribeirão do Carmo; e daí exigiram do governador: que se não tratasse mais de casas de fundição; que se ordenassem os regimentos dos ministros, oficiais de justiça, aferidor e escrivão da câmara; que se obrigavam a pagar por ano trinta arrobas. Seguiam algumas cláusulas mais, terminando pela de perdão em nome d'el-rei, o qual seria registrado na secretaria do governo e na câmara. Tudo foi pelo governador outorgado, chegando a escrever à côrte, dando conta contra o intendente e o ouvidor, como causas do motim”.

Dêsse modo continuou a situação, estando os povos em constante atitude de revolta, pois, dia a dia, exorbitavam as autoridades chegando ao cúmulo quando, ao ouro, se juntou o diamante que passou a ser explorado exclusivamente pela Corôa.

Até a época da Inconfidência, isto é, em 78 anos de cobrança de quintos (apenas êstes) arrecadou Portugal:

De 1700 a 1713 —	26	arrobas
De 1714 a 1725 —	312 1/2	”
De 1735 a 1750 —	2.066	”
De 1751 a 1777 —	2.440	”

faltando o período de 1726 a 1734 que não foi avaliado.

Em diamantes extraiu a Corôa de 1772 a 1795, 877.717 quilates, e de 1796 a 1801, 36.886 quilates, e de 1801 a 1806, 115.702 quilates!

Com êsse ambiente, era natural a revolta. Acrescente-se as novas idéias liberais que vinham da Europa e, principalmente, o exemplo da independência norte-americana justamente quando no Brasil as coisas pioravam para o povo, e veremos que a indepen-

dência ideada e nutrida pelos conjurados de Vila-Rica, teve suas razões (6-7-20).

*

O ambiente social era igualmente triste. O atraso em que vivia a colônia, enorme.

Os homens, na sua maioria, eram analfabetos, e as mulheres, de modo geral, não iam muito além de escravas.

O desleixo moral, mormente após a expulsão dos jesuítas e com a descoberta do ouro e das pedras preciosas, assustava. Todos se governavam pela ambição, não se excetuando o clero em grande parte.

A abundância de mulheres, escravas pretas e índias, povoou boa parte das zonas então conhecidas e exploradas, com bastardos de diversos tipos e pigmentação que, ou continuavam escravos como as mães ou, libertos, seguiam vida tão ou mais livre como a dos indígenas e mais libertina, no geral, que a dos senhores e igualmente cheia de ambições.

E enquanto Portugal legislava e o funcionalismo quase todo reinol agia e exorbitava e complicava tudo e exigia propinas e aconselhava ou ordenava delações, o Brasil seguia impassível sua rota, abarrotando de ouro e pedras a Mãe Pátria, mas especialmente sustentando príncipes, pagando casamentos reais, alimentando os vícios da Côrte, construindo monumentais conventos onde os reis escondiam as amantes, e pagava, até os “alfinetes da Rainha”!

Com isso o povo gemia, gemia e, entre as quatro paredes toscas de suas casas, vibrava de indignação, indignação tanto maior porque, analfabetos embora, sofriam, e talvez por isso mais ainda, as conseqüências das ordens régias e dos pedidos para “doações espontâneas” cobradas, não raro, à força.

Com os poucos letrados que havia, educados, mormente os últimos, em meios liberais, mantinham os míseros habitantes relações de amizade, ou de comércio e trato. Graças a essas relações tinham conhecimento do que se passava em outras terras.

Como em caleidoscópios pintavam-lhes os patriotas letrados, brasileiros uns e portugueses outros, modos e meios de vida e de governos e o valor, na Europa, que o povo ia adquirindo, insuflando, destarte, o vírus da revolta. Foi assim que soube o brasileiro do que se passava além mar, e teve conhecimento da luta heróica dos norte-americanos, luta suscitada também por questões de impostos, e dos quais os povos da América Inglesa se libertaram fundando a união dos Estados norte-americanos.

Mas o povo em si, que poderia fazer, vigiado, cerceado em sua liberdade e ação, sem armas, sem meios?

Melhoraram, em verdade, ultimamente os sistemas internos de comunicação. Mas só isso bastaria?

Não. Precisavam de ânimo, de resolução e de cabeças.

Estas apareceram, afinal, na plêiade brilhante de Vila Rica, imbuída, tôda ela, dos princípios liberais que tinham nascido, havia pouco, mais ao norte, na antiga colônia inglesa, onde se estabelecera com idéias desde logo panamericanas, como o demonstra a vasta e preciosa correspondência de Tomás Jefferson (2-3-4).

II

Melhor ainda compreenderemos a situação brasileira de então e a razão pela qual a independência dos Estados Unidos empolgou os inconfindentes, se passarmos em revista os acontecimentos ocorridos na América Inglesa e os ideais que nortearam aquêlê povo, acres. ntando-se a isso as idéias de Jefferson que fizeram com que os estudantes brasileiros em França o procurassem.

Não devemos, entretanto, esquecer a época e a posição do Brasil no reino de Portugal.

*

Os povoadores iniciais da América do Norte não foram, como os do Brasil em grande parte, condenados, galês ou simplesmente aventureiros, ou fidalgos arruinados que vinham tentar novas riquezas à custa de aventuras, e de explorações comerciais, a princípio do pau de tinta (pau brasil), depois da cultura da cana e da fabricação do açúcar e mais tarde também do ouro e dos diamântes.

Os *pioneers* que iniciaram a exploração das terras da América do Norte foram, ao contrário, gente no geral culta, puritanos ilustres que fugiam às perseguições religiosas, à intolerância anglicana. Alguns, é verdade, mas poucos, eram réprobos, condenados que fugiam à justiça, mas mesmo êsses tinham certa cultura e, unidos aos legítimos *pioneers* formaram, em breve, um mundo à parte, — a nova Inglaterra, que da velha guardava, apenas, a língua e certos costumes, pois o mais, religião, usos e meios de vida eram criação sua, no novo meio.

Possuíam imprensa própria desde meados do século XVIII, o que ao Brasil sempre foi proibido, até 1808 (7-20).

Seu desenvolvimento nesse terreno foi enorme, tanto assim que, quando no Brasil apenas meia dúzia de jornais existiam, em

1824, os Estados Unidos já possuíam 578 jornais, assim distribuídos: 137 em Nova York, 110 na Pensilvânia, 48 em Ohio, 18 em Kentucky, 15 em Tennessee e 12 em Indiana (11).

Dêses, alguns vinham da época colonial, da propaganda libertária, senão os próprios órgãos, pelo menos os seus diregentes.

Em 1704 surgiu a primeira fôlha de publicidade da América, em Boston, e em 1719 dois outros apareceram: o *Correio da Nova Inglaterra* e a *Gazeta de Boston*, tentativas que demonstram o poder cultural do povo e a relativa liberdade do regime colonial britânico.

Assim, pois, a América do Norte nasceu sob outro signo, mais elevado, mais culto e, por isso, mais unido e mais resistente à escravidão colonial. Com isso, repetimos, não queremos dizer que a capacidade colonizadora de Portugal fôsse nula ou pequena.

Animava-os, aos povoadores norte-americanos, verdadeiro egoísmo separatista, evitando a mestiçagem, pois consideravam, como bons puritanos, a pureza do sangue elemento indispensável para progredir e atingir suas finalidades de *pioneers*, contentando-se tão somente com o trabalho e a expansão territorial (10).

Educados por essa forma, era mais que visível que o primeiro êrro administrativo da Inglaterra os uniria ainda mais para a luta de resistência ao poderio do rei.

França e Grã-Bretanha disputavam os direitos sôbre a América do Norte e à pergunta se ela seria francesa ou inglêsa, responderam os acontecimentos que tiveram lugar de 1763 a 1789: a América do Norte seria, apenas americana (9).

Realmente, aquele povo que já vem da mãe pátria com o espírito formado; que não surgiu na nova terra com o espírito voltado exclusivamente aos bens materiais, pois que os animava, acima de tudo, a religiosidade puritana que os fêz abandonar a Inglaterra; que não era composto de simples aventureiros e nem tão pouco de fidalgos arruinados, mas, sim, de rebeldes contra a prepotência intransigente da religião criada pelo rei — o anglicanismo, — lógico era que não tardariam a demonstrar que também tinham vontade e que embora súditos do rei, nunca seriam escravos.

As causas imediatas do movimento revolucionário que culminou na independência e república norte-americanas, foram essencialmente econômicas.

“Se política e administrativamente as colônias inglêsas da América gozavam de ampla liberdade, o mesmo se não pode dizer quanto à parte comercial” (16).

Daí resultaram medidas que, pouco a pouco foram descontentando os colonos. Estes, afinal, chegaram ao auge da indigna-

ção com a criação de impostos verdadeiramente exorbitantes e ilegais.

Tais as causas imediatas do movimento revolucionário norte-americano, que Firmin Roz assim resume (9):

“Apoderando-se do Canadá quando restituía as Antilhas à França, recebendo da Espanha a Flórida em troca de Havana, a Inglaterra mostrava até que ponto a opinião colocara as colônias do continente americano acima das Índias ocidentais. Importava pois saber o que se ia fazer dos territórios recentemente adquiridos. E’ o que responde a Proclamação de 1763.

Ela agrupava os novos territórios em quatro províncias ou governos, submetia a restrições rigorosas qualquer um que entrasse em transações comerciais com os indígenas, e sobretudo limitava, para tôdas as colônias, o povoamento a leste dos Alleghanys. Na aparência, o estabelecimento dessa fronteira tinha por objeto assegurar à Inglaterra a boa vontade e o comércio dos índios, antigos amigos da França. Mas a verdadeira razão era diminuir o poder das colônias, lançar o descrédito sôbre as antigas cartas que lhes concediam a terra “de mar a mar” — fórmula que o Canadá, notemos de passagem, retomou dela para fazer sua divisa: *A mari usque ad mare*, — em fechar as comunidades florescentes, e tôdas mais ou menos ciosas de sua autonomia, numa estreita faixa na orla do Atlântico, sob a vigilância mais fácil da autoridade britânica. E’ nesta época que vemos nascer e desenvolver-se a idéia do império, que consiste em estreitar os laços entre os diversos membros do corpo britânico, impondo, a cada um, certa contribuição para as despesas sempre crescentes da autoridade metropolitana e em particular para o sustento dum exército colonial.

Ao mesmo tempo, as Leis de Navegação foram restabelecidas e o Parlamento votava a Lei do Sêlo, *Stamp Act* (1765). Os acontecimentos vão precipitar-se. Por esta lei, em verdade, o Parlamento britânico usurpava incontestavelmente o mais precioso dos direitos dos colonos, salvaguarda de todos os outros e de tôdas suas liberdades: o de votar seus próprios impostos. As colônias não tendo voz ativa no Parlamento de Westminster, nelas funcionavam as suas legislaturas e sômente a elas pertencia aquêlê voto. Além disso, os americanos não faziam caso de manter um exército permanente, controlado pela Corôa. Se lhes convinha imperiosamente uma força militar, êles preferiam recrutá-las ao seu modo e guardarem êles próprios a direção”.

A resistência ao *Stamp Act* foi iniciada por dois dos mais eminentes homens da Nova Inglaterra: Samuel Adams e Patrick Henry, aquêlê famoso escritor político de Massachussets, e êste orador brilhante de Virgínia. O fundamento de sua resistência ao cumprimento da lei era legítimo: taxação votada e decretada sem ter

representação o povo atingido é coisa arbitrária e, portanto, ilegal. Não deve, *ipso facto*, ser tolerada. E, dentro dêste princípio reuniram-se em congresso, em Nova York. Aprovados os princípios de Adams e Patrick, enviaram sua mensagem a Inglaterra negando ao Parlamento o direito de taxar os americanos. Manifestaram-se revoltas em vários pontos e o *Stamp Act* foi revogado, graças a Pitt... (9-22-4).

Com a retirada dêste, novas leis provocam a resistência dos americanos (leis Towshend, de 1767). Ao protesto, responde a Inglaterra com a remessa de tropas. Começa a luta armada, especialmente após o chamado "massacre de Boston".

Entraram então, a proclamar *urbi et orbi*, as teorias de James Otis:

"Deus fêz todos os homens iguais por natureza. — Nenhum govêrno tem direito de fazer de seus súditos escravos. — Os reis foram feitos para o bem do povo, e não o povo para êles" (conforme 22).

E' a guerra civil, a guerra de reivindicações, sem a mínima idéia de independência ou república que começa e, tomando vulto, dia a dia, especialmente quando surge o auxílio valioso do general Lafayette. Transformando-se, então, súbitamente, toma nova feição em virtude da teimosia sempre e sempre crescente dos enviados inglêses. A declaração de Virgínia foi o ponto final no domínio britânico: a América do Norte tornou-se independente sob a forma republicana, formando, destarte, o primeiro estado livre do novo mundo, ao qual deu o melhor e mais famoso exemplo de resistência ao mandonismo e à prepotência.

A Declaração da Independência dos Estados Unidos, "o mais nobre dos documentos oficiais americanos" (26), foi escrito por Tomás Jefferson que, nele, registou as palavras abaixo, repetidas sempre e que, no Brasil, foram a base dos inconfidentes e dos revolucionários farroupilhas (1835-1845) no Rio Grande do Sul, ao declararem a independência e a república da província do extremo sul brasileiro:

"Sempre que qualquer forma de govêrno tenda a destruir êses fins (igualdade, liberdade, felicidade própria), assiste ao povo o direito de mudá-la ou abolí-la, instituindo novo govêrno cujos principios básicos e organização de poderes obedeam às formas que lhe parecerem mais próprias a promover a segurança e felicidade gerais".

Ora, as notícias da guerra norte-americana, seus progressos e ideais, embora negados pela Inglaterra, eram francamente divulgados em outros países, como Portugal, apesar das cautelas, — e

especialmente na França, rival da Inglaterra e que não poupava esforços para aniquilá-la, especialmente na questão das colônias.

Lafayette acorrendo ao encontro de Washington e dos americanos contra os ingleses, é a prova mais cabal de como a França encarava o assunto. Por isso, também, a imprensa francesa não media esforços na divulgação do que se passava neste lado do Atlântico pintando não raro as coisas com tintas carregadas contra a Inglaterra.

Essas notícias, divulgadas em Paris, espalhavam-se logo por toda a Europa, incentivando a rebeldia de quantos americanos do Norte e do Sul por lá andassem em viagem ou estudando, como nos casos dos brasileiros de Coimbra e de Montpellier.

O nome de Tomás Jefferson, após a declaração da Independência, correu mundo, graças às suas famosas palavras na Declaração da Independência. Por isso, nomeado embaixador dos Estados Unidos da América do Norte em Paris, foi logo procurado pelos sul-americanos, ávidos em lhe ouvir a voz e os conselhos e, sobretudo, saber das possibilidades de obterem o auxílio da nova República na pretensão de suas pátrias que, como ela, se queriam libertar do jugo colonial a que as sujeitavam Espanha e Portugal.

As idéias de Jefferson, propaladas pela Europa, especialmente a "Lei para estabelecer a liberdade religiosa, promulgada na Assembléia de Virgínia" em 1786 e por ele elaborada, em muito contribuíram para a popularidade do insigne estadista.

Ele mesmo o disse em uma de suas cartas (3):

"A Lei do Estado de Virgínia para a liberdade religiosa foi recebida com infinita aprovação na Europa, sendo propagada com entusiasmo. Não digo que pelos governos, mas pelos indivíduos que os compõem. Foi traduzida para o francês e para o italiano, foi enviada à maioria das Côrtes da Europa... Foi inserida na nova Enciclopédia e está aparecendo na maioria das publicações relativas à América".

Temos aí as provas do quanto foram os americanos do norte superiores aos demais povos, pela cultura e pela harmonia de interesses.

Essa foi, pois, a razão que levou os sul-americanos a procurarem o apóio do novo e liberal povo que acabara, brilhantemente, de sentar-se à grande mesa das nações livres do Universo, dando-lhes lições de liberalismo e bom senso.

III

Joaquim Nabuco (28), um dos maiores, talvez o maior propugnador do panamericanismo, em conferência realizada na Universidade de Wisconsin, em 20 de junho de 1909, disse:

“A Nação Americana foi obra do sentimento de pátria. O amor da terra natal, aliado ao instinto de liberdade e independência, levava os colonizadores a romperem os laços com a mãe pátria”.

Foram sentimentos idênticos que, no Brasil, originaram as diversas revoluções de cunho independente, com uma só diferença: os americanos do norte possuíam, além do “sentimento de pátria” cultura e meios que a Inglaterra, pouco mais liberal que Portugal, lhes concedera.

Realmente, como já vimos, que tinha o Brasil para levar avante, com êxito, a revolução libertária? A boa vontade apenas e o patriotismo de seus filhos. Quando, porém, sua força e seu poder material lhe deram certa autonomia, o resultado não se fez esperar: ainda que sob regime monárquico, rompeu as cadeias que o prendiam ao colonizador, — separou-se de Portugal em 7 de setembro de 1822.

O exemplo norte-americano, porém, permaneceria sob a forma do ideal republicano que levou o Brasil, mesmo após a independência, a motins e revoltas democrático-republicanos mais ou menos ativos. (8-13-6-7). A própria regência, de 1831 a 1840, foi, de certo modo, experiência republicana (13).

O Brasil, em todos os tempos, especialmente do III século de seu descobrimento em diante, olhou sempre, com carinho os progressos e os ideais dos povos de cultura adiantada. A França e a Inglaterra, e a própria península itálica [recorde-se a revolução de 1710 com república *ad-instar* da de Veneza (1718-19)], formavam os pontos centrais de seus afetos e estudos.

Depois, a par dêstes, o desenvolvimento da colônia inglesa do norte — a Nova Inglaterra, e logo após, com o grito de rebeldia coroado pela independência, a nova República dos Estados Unidos do Norte absorveram quase que por completo seus pensamentos que, mais tarde um pouco, seriam reforçados com aquêlo movimento de repercussão universal — a Revolução Francesa.

Livres do jugo da Mãe Pátria trataram os norte-americanos de fortalecer seu regime, o que logo conseguiram, e olhar com carinho para os demais povos das Américas, colônias ainda dos países europeus.

Esses olhares carinhosos, essa simpatia pelos subjugados tornou-se pública e não faltaram elementos das colônias que, lá, na nova Nação se acolheriam e se instalariam definitivamente, fugindo à agressão colonial.

“Era sabido, — escreve Hélio Lobo (27), — o cuidado que aos homens do norte inspirava a independência brasileira. Em 1787, em França, Tomás Jefferson discorrera dela com estudantes brasileiros, à frente dos quais se achava José Joaquim da Maia”.

Varnhagen, Visconde de Pônto Seguro (7), assim descreve a intervenção de José Joaquim da Maia na causa da independência do Brasil, que culminaria com o processo da inconfidência mineira:

“Em Coimbra doze estudantes brasileiros, combinando entre si a possibilidade de se declarar o Brasil independente, se comprometeram a levar avante a idéia, quando isso fôsse possível. Em França, onde tanto entusiasmo havia pela revolução norte-americana, deviam os brasileiros encontrar nesse mesmo entusiasmo incentivos e estímulos, para imitarem o primeiro povo da América colonizada e cristã, que se emancipou, proclamando sua nacionalidade. Ventilou-se, pois, a questão em Montpellier em 1786, entre alguns jovens brasileiros (talvez algum ido ali de Coimbra) que estudavam Medicina, contando-se nesse número Domingos Vidal Barbosa, natural de Minas, isto é, da freguesia da Conceição, hoje Queluz; José Mariano Leal, do Rio de Janeiro, e José Joaquim da Maia, também do Rio de Janeiro, filho de um pedreiro da rua da Ajuda. Este último, movido de ambição, aspirando exorbitar da esfera em que nascera, decidiu-se, com menos reboço do que os seus companheiros e colegas, a acreditar em outubro desse ano ao célebre Tomás Jefferson, que estava de plenipotenciário dos Estados Unidos em Paris, dizendo-lhe como êle e outro patricio seu eram ali vindos do Brasil, para tratarem da independência deste estado da América, e, desejavam saber até que ponto, para uma tal empresa, poderiam contar com o apôio dos Estados Unidos. Respondeu Jefferson muito pontualmente; mas, guardando as formas que a sua posição official lhe recomendava, disse que apenas os brasileiros por si próprios conquistassem a independência, não teria a sua nação dúvida em negociar e provê-los; porém que antes disso nada poderia fazer, pois que estava em paz com Portugal, e em seus portos recebiam os cidadãos dos Estados Unidos benigno acolhimento. Concluiu notificando-lhe que contava ir passar o próximo inverno em Aix, e que faria uma volta por Nimes, a fim de ver as suas antiguidades, e aí poderia Maia avistar-se com êle. — Estiveram ambos os americanos, o do Norte e o do Sul, pontuais no encôntro em Nimes: Maia expôs então todo o seu plano: pintou as forças viris do Brasil e os seus muitos recursos para constituir-se em nação, e o pouco receio que devia haver de forças vindas de Portugal ou das colônias espanholas, sobretudo quando o porto do Rio e o sertão de Minas eram por si muito defensáveis, quanto aos literatos do país eram favoráveis à independência, e que grande parte do clero e da mesma tropa do Brasil constava de brasileiros. — Jefferson ouviu com atenção o seu interlocutor: tornou a dizer-lhe que a revolução deveria ser em todo caso ser primeiro efetuada pelos próprios brasileiros, e que depois, uns por desêjo de ganho, outros por ambição, não deixariam de passar a levar-lhes bacalhau, etc., e a ajudá-los. Maia

não saiu muito satisfeito dessa conferência, e julgou que o ilustre enviado tivera em pouco o plano dêle improvisado negociador, ao tratá-lo, — ao presenciá-lo a casca, segundo a sua expressão. Entretanto, não era assim: o fino diplomata o que fez foi disfarçar bem, ante o jovem inexperiente, o seu entusiasmo, em presença de tais idéias, pois em 4 de maio dêsse mesmo ano (1787), escrevia de Marselha a J. Jay dando-lhe conta de quanto passara, e ficou sempre pensando em tais planos”.

José Joaquim da Maia, o mais entusiasta da idéia, — escreveu Lúcio José dos Santos (5),

“conhecia bastante a sua Pátria; sabia de quantos recursos era dotada essa exuberante terra, e quão grandioso podia ser seu futuro. Mas, não ignorava também quanto era grande o abatimento em que se encontravam os seus patricios, quanto era difícil que a colônia, por si só com as suas próprias fôrças, sacudisse êsse jugo e erguesse a cabeça”.

Faltava tudo ao Brasil. Por isso recorreu a Tomás Jefferson. Pôrto Seguro (Francisco Adolfo de Varnhagen), como vimos (7), trata Maia com certo desdém:

“movido de ambição, aspirando a exorbitar da esfera em que nascera”.

Em verdade, Maia era simples filho de pedreiro, do Rio de Janeiro, residente na rua da Ajuda.

“Estudara primeiramente no Seminário da Lapa, e seguiu para a França. O seu pai lhe mandava a modesta pensão de 120\$000 anuais, por intermédio de dois negociantes, um do Rio e outro de Lisboa” (5).

Essa humilde origem, entretanto, não diminuiu, ao contrário, aumenta o valor da iniciativa dêsse jovem brasileiro que a morte colheria bem antes de ver seu sonho em franco andamento, em Minas Gerais, poupando-o, portanto, do tristíssimo espetáculo da denúncia de Joaquim Silvério dos Reis e conseqüente prisão dos inconfidentes, devassa, exílio, enforcamento e esquarteramento do imprudente, mas heróico Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

A idéia, porém, ficou e Tomás Jefferson, daí por diante estaria com ela sempre em mente até o dia em que o Brasil se tornou de fato independente. O acontecimento encheu-lhe a alma de satisfação, embora não lhe tivesse agradado o sistema monárquico, pois, para êle, tornava-se

“necessário dar um paradeiro aos reis” sendo, porém, “mais prudente prendê-los e humilhá-los do que exterminá-los”.

E concluía sua carta a John Adams:

“Para obter tudo isso, entretanto, rios de sangue devem ainda correr, e anos de desolação se passar; contudo, o objetivo é digno dos rios de sangue e dos anos de desolação. Que herança tão valiosa como esta poderá o homem deixar à posteridade?” (3).

Mas, tolerante e altamente democrata e pacifista, assim se expressou sobre o assunto a Tomás Pinckney (3):

“Certamente não podemos negar às outras nações o princípio sobre o qual se funda o nosso governo, qual o de que cada nação tem o direito de governar-se internamente sob as formas que quiser, e de mudar essas formas de acôrdo com a sua vontade; e de, externamente, fazer transações com outras nações através do órgão que escolher, seja êle, um Rei, uma Convenção, uma Assembléia, um Comitê, um Presidente, ou o que fôr. A única coisa essencial é a vontade da nação”.

Mas, pensava, e o disse em carta a Dupont Nemours (3),

“que um governo representativo é capaz de estender-se sobre uma superfície maior do país do que quando assume qualquer outra forma”.

IV

Depois de árduos trabalhos, como as da reforma a que deu início em 1776 e o do governo da Virgínia (1779 a 1781),

“o Congresso decidiu, a 7 de maio de 1784, nomear um ministro plenipotenciário para colaborar com Benjamin Franklin e John Adams na negociação de tratados de comércio com nações estrangeiras. Ofereceu-se a incumbência a Jefferson. Ele aceitou-a, e a 11 do mesmo mês deixou Anápolis (4).

Após peregrinar por Filadélfia, Nova Jersey, Nova York, Connecticut, Rhode Island, e atravessar Massachussets até Nova Hampshire e Boston, embarcou para a Europa a 5 de julho, indo estabelecer-se em Paris, com a convicção de que

“faz parte do caráter americano nada considerar como irremediável” (4).

conforme se externaria pouco depois, em carta à filha.

Realmente, esta doutrina tem grande valor e enorme alcance. O homem só não sabe, intelectualmente, o que não quer. Depende, exclusivamente do caráter do indivíduo. E Jefferson foi nesse particular, caráter por excelência. Por isso, nada se lhe tornava impossível e para tudo achava, senão solução definitiva, pelo menos meio eficiente de solucionar as questões sem maiores prejuízos morais ou materiais.

Esse o homem extraordinário que José Joaquim da Maia, o estudante brasileiro, idealista e patriota, iria procurar para singular proposição: auxílio dos Estados Unidos para a proclamação da independência e da República no Brasil (33).

Nesse sentido escreveu-lhe a primeira carta firmada com pseudônimo — Vendek — em mau francês:

“Montpellier, 2 de outubro de 1786.

Senhor. — Tenho um assunto de maior importância para comunicar-vos. Mas como a minha má saúde não me permite a honra de ir a vosso encontro em Paris, peço-vos digneis ter a bondade de dizer-me se posso com segurança vô-lo comunicar por carta, pois sou estrangeiro e, por isso, pouco inteirado dos usos do país.

Peço que me perdoeis a liberdade que tomo e rogo-vos também que me mandeis a resposta a M. Vigorons, Conselheiro do Rei e Professor de Medicina da Universidade de Montpellier. Sou com todo o respeito, Senhor, vosso muito humilde e obediente servo.

Vendek”.

A resposta de Tomás Jefferson não se fez esperar muito e, a 21 de novembro, ainda de Montpellier, Vendek lhe respondia:

“Senhor. — Acabo de receber a honra de vossa carta de 16 de outubro, e muito me penalisa não a ter recebido mais cedo. Tive, porém, de ficar no campo até agora por causa de minha saúde. Como as minhas informações vos chegam às mãos com segurança, tenho, agora, a honra de vô-las comunicar.

Nasci no Brasil. Não ignorais a terrível escravidão que faz gemer nossa Pátria. Dia a dia mais insuportável se torna nossa situação depois de vossa gloriosa independência, porque os bárbaros portugueses, receosos de que o exemplo seja abraçado, nada omitem para nos tornar mais infelizes.

A convicção de que êstes usurpadores só meditam novas opressões contra as leis da natureza e contra a humanidade, fez com que resolvêssemos seguir o farol que nos mostrais, quebrar os grilhões e reanimar a nossa moribunda liberdade, quase de todo acabrunhada pela fôrça, único esteio dos europeus nas regiões da América. Releva, porém, que alguma potência preste auxílio aos brasileiros, pois que a Espanha certamente se

há de unir com Portugal: e apesar de nossas vantagens em uma guerra defensiva, não poderíamos, contudo, levar a efeito, sózinhos, essa defesa, ou pelo menos seria imprudente tentá-lo sem alguma esperança de feliz êxito. Neste estado de coisas, Senhor, olhamos, e com razão, unicamente para os Estados Unidos porque seguiríamos o seu exemplo, e porque a natureza, fazendo-nos habitantes do mesmo continente como que nos ligu pelas relações de uma Pátria comum.

De nossa parte estamos preparados a despender os dinheiros necessários, e a reconhecer em todo tempo a obrigação em que ficaremos para com nossos benfeitores.

Aí tendes, Senhor, em poucas palavras a súpula de meu plano. Foi para dar-lhe andamento que vim à França, pois que na América teria sido impossível mover um passo e não suscitar desconfiança. A vós pertence agora decidir se se pode executar a emprêsa. Se quereis consultar vossa Nação, pronto estou para fornecer-vos todos os esclarecimentos necessários. Tenho a honra de ser, com a mais perfeita consideração, Senhor, vosso humilde e muito obediente servo.

Vendek".

Jefferson respondeu-lhe, marcando possível entrevista em Nimes, o que, entretanto, só se realizou em outro local. Sobre o que então trataram Jefferson e Maia, um dos companheiros dêste, implicado na conjuração de Minas Gerais, — Domingos Vidal Barbosa, — descreve desairosamente e com pormenores pouco fiéis. A entrevista em apreço em seu depoimento (1), teria sido esta:

“estando êle, testemunha, em Montpellier, na qual também freqüentava os mesmos estudos um estudante José Joaquim da Maia, natural da cidade do Rio de Janeiro, lhe fez o dito estudante em uma ocasião, haverá três anos, o seguinte discurso: — que êle era filho de pai humilde e por consequência nunca viria a ter uma fortuna brilhante se êle se não abalançasse a coisas grandes, que o fizessem notável no mundo: e que por êste motivo estava deliberando a constituir-se enviado de sua Nação, e a afrontar o Ministro da América Inglesa que se achava em Paris para com o mesmo negociar a liberdade da sua Pátria; porém que não tendo dinheiro para a viagem estava quase nos termos de tentar o mesmo Ministro Americano para o prover em consideração de um objeto tão poderoso e útil aos seus próprios interesses; de cuja deliberação mofou êle testemunha, tratando de loucura ambos os projetos; de que contudo era bem capaz a extravagância do sujeito, o qual se resolveu finalmente a seguir o partido de dirigir uma carta ao referido Embaixador, em que tratava do negócio da liberdade do Brasil e que êle era enviado dos seus patrícios para êste efeito; a cuja carta respondeu aquê- le Ministro que logo que os brasileiros ganhassem a sua

independência, não teria a sua Nação dúvida em assistir com navios, mestres de fábricas e tôdas as mais provisões necessárias com condição, porém, que deveriam receber o seu bacalhau; porém que antes de segura e estabelecida a sua liberdade e independência, nada fazia, porque sua Nação não havia de romper com a Côrte de Portugal. Com esta resposta, esperando o dito Maia que o Ministro americano viesse passar o inverno, como era estilo, a Langue-Doc, e a certo sitio distante três léguas de Montpellier, logo que assim succedeu, o foi procurar pessoalmente o mesmo Maia; porém, tornando mal satisfeito contou a êle testemunha que o Ministro julgava pouco dêle pela casca, isto é, que apresentando-se-lhe em um ar de miséria mal vestido, tomara em pouca conta a sua Representação, e o desprezara; vindo êste a ser o fim daquela Embaixada..." (*).

A verdade, porém, é algo diferente: Jefferson não escreveu a Maia tratando do assunto e nem tão pouco diminuiu o valor do estudante se é que na realidade se apresentou a êle mal trajado. Aliás, Jefferson era grande demais e demasiado democrata para fazer tais distinções "pela casca".

Ao receber a resposta de Jefferson annunciando-lhe sua visita a Nimes, Maia escreveu-lhe:

"Senhor. — A notícia que acabo de ter a honra de receber de vossa viagem a esta parte da França, deu-me o maior prazer, e felicito-me por isto. Era-me essencialissimo ter a honra de falar-vos, e o estado de minha saúde não me permitia fazer a viagem a Nimes e o vosso alojamento não me privaria da honra de ali ir encontrar-me convosco, o que estou pronto a fazer em qualquer outro lugar que vos aprouver. Para isso não espero mais que as vossas ordens. No entanto lisonjeio-me de ser com o maior respeito, Senhor, vosso muito humilde e obediente servo.

Vendek".

Montpellier, 5 de janeiro de 1787".

Nova carta de Jefferson anuncia-lhe um desvio da rota (2) e a entrevista se realiza, conforme descreve o embaixador norte-americano em carta datada de Marselha a 4 de maio de 1787, a John Jay:

"A minha viagem por êstes lugares ministrou-me informações que tomarei a liberdade de levar ao conhecimento do Congresso.

(*) — A respeito outros depoimentos figuram no mesmo vol. II dos Autos da Inconfidência, todos, como êste, pouco fiéis e mais ou menos pejorativos, demonstrando vontade de inocular-se.

Em dias de outubro último (1786) recebi com data de 2 daquele mês uma carta cujo signatário dizia ser estrangeiro, acrescentando que tinha negócios de suma importância a comunicar-me, e que por isso pedia que lhe indicasse meio de fazê-lo com segurança. Satisfiz o pedido e logo depois recebi outra carta concebida nos termos seguintes, omitindo o que é pura formalidade: (transcreve, aqui, Jefferson a 2a. carta de José Joaquim da Maia acima divulgada).

Como por este tempo eu tinha deliberado experimentar as águas de Aix, participei este designio ao escritor da carta, e disse-lhe que me desviaria da estrada com o pretexto de examinar as antiguidades de Nimes, se elle quisesse encontrar-se comigo naquele lugar. Assim o fez: o que se segue é resumo das informações que me deu.

O Brasil contém o mesmo número de habitantes de Portugal. São elles portuguezes, brancos naturais do pais, negros, pardos cativos, e indios selvagens, ou civilizados. Os portuguezes, poucos em número, quase todos casados na terra, perderam já a lembrança do solo pátrio e o desejo de voltar a elle. Estão, por isso, disposto a abraçar a independência. Os brancos naturais do pais formam o corpo da nação. Os escravos são iguais em número aos homens livres. Os indios domesticados são destituídos de energia, e os selvagens nenhum partido tomarão nesse negocio. Há vinte mil homens de tropas regulares. A principio eram todos portuguezes: mas a proporção que morriam foram substituídos por naturais do Pais de modo que estes compõem hoje a maior força das tropas. E pode contar-se com elles. Os officiaes são em parte portuguezes e em parte brasileiros. Seu valor é indubitável, conhecem as manobras, mas ignoram a ciência da guerra, e nenhuma predileção tem a favor de Portugal, nem são possuídos de forte sentimento por outro qualquer objeto. Os sacerdotes são em parte portuguezes e em parte brasileiros, e não parece que tomem grande parte na contenda. A nobreza é apenas conhecida como tal. Não querem de maneira alguma distinguir-se do povo. Os homens de letras são os que mais desejam a revolução: o povo não é muito influido pelos padres. Muitos individuos sabem ler e escrever, possuem armas e costumam servir-se delas para caçar. Os escravos tem de seguir a causa dos senhores. Numa palavra, pelo que respeita à revolução não há mais que um pensamento em todo o Pais: mas não aparece uma pessoa capaz de dirigi-la, ou que se arrisque pondo-se-lhe à frente sem o auxilio de Nação poderosa: todos temem que o povo os desampare. No Brasil não há imprensa. Os brasileiros consideram a revolução da América do Norte como precursora da que elles desejam: e dos Estados Unidos esperam todo o socorro. As maiores simpatias se desenvolvem entre elles para conosco. A pessoa que me dá estas informações é natural, e tem residência no Rio de Janeiro, atualmente a capital, e que contém cinquenta mil habitantes. A pessoa a que me refiro conhece bem a cidade do Salvador,

antiga metrópole, e as “minas de ouro” que se acham situadas no interior. Todos êstes lugares propendem para a revolução, e como constituem o corpo da Nação, tem de levar os outros consigo. O “quinto” que o rei cobra do produto das minas, aãda por treze milhões de cruzados. Ele só tem o direito de explorar as minas de diamantes e de outras pedras preciosas que lhe rendem quase a metade dessa quantia. O produto dessas duas fontes de riqueza sòmente, deve montar a dez milhões de dólares por ano: mas o remanescente do produto das minas que sobe a vinte e seis milhões, pode aplicar-se às despesas da revolução. Afóra as armas que estão pelas mãos do povo, há armazens delas. Há muitos cavalos, mas só uma parte do Brasil admite o serviço de cavalaria. Precisaríam de artilharia, munições, navios, marinheiros, soldados e oficiais, e para tudo isso estão deliberados a recorrer aos Estados Unidos, entendendo-se sempre que os fornecimentos e os serviços serão necessariamente pagos. A farinha de trigo custa quase 20 libras cada cem aratéis. Tem a maior abundância de carne, e tanta que em algumas partes matam rezes sòmente por causa do couro. A pesca da baleia é feita exclusivamente por brasileiros e não por portugueses, mas em barcos mui pequenos, de maneira que não sabem manobrar com barcos de grandes dimensões. Iriam sempre comprar ao nosso País, navios, trigo e peixe salgado. O último é gênero importante que lhes vai de Portugal. Êste reino que não tem esquadra nem exército, não pode invadir o Brasil em menos de um ano. Se considerarmos a maneira porque tem de ser preparada e executada tal invasão, não será ela muito para temer, e se falhar não tentarão segunda. Na verdade, cortada que seja esta principal fonte de sua riqueza, apenas os portugueses poderão fazer o primeiro esforço. A parte ilustrada da Nação conhece tanto isso que tem por infalível a separação. Há ódio implacável entre brasileiros e portugueses. Para conciliá-los adotou um dos Ministros passados a política de nomear brasileiros para os empregos públicos: mas os ministros que se lhe seguiram voltaram à política anterior, nomeando para aquêles empregos sòmente pessoas nascidas em Portugal. Ainda há alguns naturais do Brasil (dos antigamente nomeados) exercendo cargos públicos. Se a Espanha invadir o País pela parte do Sul, ficará sempre tão distante do corpo dos estabelecimentos, que não poderá chegar até êles. E a tentativa da Espanha não é para recear-se. As “minas de ouro” são entre montanhas inacessíveis a um Exército, e Rio de Janeiro é tido pelo pôrto mais forte do mundo, depois de Gibraltar. No caso de uma revolução bem sucedida há de organizar-se um governo republicano geral para todo o País.

Em tôda a conversação procurei convencer o meu interlocutor de que não tenho autoridade nem instruções para dizer uma só palavra a tal respeito, e que apenas poderia comunicar-lhe as minhas idéias como indivíduo, e vem a ser: que não estamos em circunstâncias de comprometer a Nação em nova guerra; que desejamos espe-

cialmente cultivar a amizade de Portugal, com o qual fizemos um tratado vantajoso; que não obstante o que fica ponderado, uma revolução feliz no Brasil não pode deixar de excitar o interesse dos Estados Unidos; que a esperança de consideráveis vantagens chamará para o Brasil a muitos individuos em seu auxilio; que por motivos mais nobres serão atraídos os nossos officiaes em cujo número há muitos excellentes, e que nossos concidadãos podendo sair de sua Pátria quando quizerem e sem licença especial do govêrno, poderão também dirigir-se com plena liberdade para outro qualquer país”.

Nesta mesma carta trata Jefferson da visita de um mexicano que com êle fôra tratar, para o México, o mesmo que Maia tratara para o Brasil.

Por essa segunda parte da carta vemos claramente que Jefferson confiou mais no brasileiro que no mexicano, o que comprova a inverdade do depoimento de Domingos Vidal Barbosa, e do quanto Jefferson se interessava por tudo quanto dizia respeito à América ainda sob o domínio de Portugal e Espanha.

“Pouco antes de receber a primeira carta do brasileiro, — continuou êle na carta a John Jay, — um cavalheiro informou-me que havia em Paris um mexicano que desejava conversar comigo. Em seguida procurou-me. A informação que dêle colhi foi em substância a seguinte:

E’ natural do México, onde moram seus pais. Deixou seu país com 17 anos de idade e mostra ter agora 33 ou 34. Caracteriza e classifica os habitantes do México como segue:

1.º Os naturais da antiga Espanha, possuidores da maior parte dos empregos do govêrno, que são firmemente dedicados; 2.º o clero é igualmente dedicado ao govêrno; 3.º os naturais do México, geralmente dispostos a revoltar-se, não têm instrução nem energia e estão sob o dominio do clero; 4.º os escravos, mulatos e negros, sendo os primeiros empreendedores e inteligentes e os segundos bravos e de máxima importância, qualquer que seja o lado a que se atirem, ficarão, provavelmente, ao lado dos seus senhores; 5.º os indios domesticados é provável que não tomem partido algum e não tem, em verdade, importância; 6.º os indios livres e bravos, seriam formidáveis se interviessem, o que, porém, não é provável por se acharem a grande distância. Perguntei-lhe o número destas diferentes classes, mas não soube responder. Pensa que a primeira é pouco considerável; que a segunda forma a massa da gente livre; que a terceira às duas primeiras; a quarta, às três precedentes; e quanto à quinta não pode fazer idéia de seu número. Pareceu-me que as suas conjecturas quanto à sexta não assentavam em base sólida. Disse-me saber de fonte segura que na cidade do México havia 300.000 habitantes.

Mostrei-me ainda mais cauteloso com êle do que com o brasileiro. Disse-lhe que na minha opinião particular (sem estar autorizado a proferir palavras sôbre o assunto) uma revolução bem sucedida no México ainda estava muito longe; que eu receava que primeiro que tudo fôsse preciso esclarecer e emancipar intellectualmente o povo; que enquanto a nós, se a Espanha nos desse condições favoráveis ao nosso comércio e aplainasse outras dificuldades, não era provável que abandonássemos vantagens certas e presentes, ainda que pequenas, por outras incertas e futuras, por maiores que fôsssem. Fui levado a ser cauteloso por haver observado que êste cavalheiro freqüentava intimamente a casa do embaixador espanhol, e que estava então em Paris, comissionado pela Espanha para fixar os limites com a França nos Pirineus. Tinha ares de candura; mas essa podia ser fingida, e não pude julgar por mim mesmo o que êle era.

Levado pela associação de idéias e pelo desêjo de dar ao Congresso uma apreciação geral das disposições dos nossos conterrâneos meridionais, tanto quanto posso, acrescentarei um artigo que, por antigo e isolado, não julguei assás importante para fazer dêle menção quando o recebi.

Estareis lembrado, senhor, de que, durante a última guerra, os periódicos inglêses davam freqüentemente pormenores da rebelião do Perú. Essas fôlhas duvidavam da veracidade da informação. Mas a verdade é que as insurreições eram gerais, e que o resultado ficou muito tempo indeciso. Se o comodoro Johnson, esperado então naquela costa, tivesse ali tocado e desembarcado 2.000 homens, estava acabado o dominio da Espanha naquele País.

Os peruanos precisavam sômente de um ponto de reunião, que êste corpo teria formado. Faltando-lhes êste, obraram sem harmonia e foram subjugados separadamente. Esta conflagração foi extinta no sangue. Morreram de ambos os lados 200.000 pessoas. Mas o que resta ainda dá alimento para novo incêndio. Tenho esta informação de pessoas que estavam na ocasião no lugar da ação e cuja boa fé, intelligência e meios de saber as coisas, não deixam dúvida sôbre o modo porque se deram os fatos. Observou todavia que o número acima referido das pessoas que pereceram não passa da conjectura que êle pôde colher”.

“Foram essas, — escreveu Aluísio Napoleão (33), — as primeiras relações de ordem política que o Brasil teve com os Estados Unidos, almejando idéias comuns a tôda a América — a independência e a liberdade”.

cabendo, portanto, a José Joaquim da Maia esta prioridade.

V

Nada resultou, é bem verdade, de prático, ou de resultado imediato, da entrevista do estudante brasileiro com Tomás Jefferson.

Mas o embaixador norte-americano, que seria o 3.^o presidente dos Estados Unidos, por longo tempo, isto é, até ver o Brasil independente, se preocupou com a idéia que lhe sugerira Maia.

E, a propósito, cabe aqui uma pergunta.

Como chegou às mãos dos inconfidentes o exemplar, edição suíça de 1778, da Constituição dos Estados Unidos (21) a que já aludimos?

Maia, ao que parece, faleceu nesse ano em Portugal. Jefferson continuou como embaixador em Paris até 1789, tendo assistido não só a Convenção dos Notáveis em 1787 como à tomada da Bastilha a 14 de julho de 1789.

Não duvidamos, por isso, que o próprio Tomás Jefferson tenha doado a José Joaquim da Maia o exemplar da Constituição norte-americana e que éste a enviara ao Brasil por intermédio de algum de seus colegas.

Esta suposição nós a fazemos baseados no interêsse constante do grande patriota do Norte pelas coisas do Brasil.

Embora a história oficial das relações diplomáticas (14-15) nada diga a respeito do assunto de que tratamos, na correspondência de Jefferson encontramos diversas passagens que provam o que dissemos, isto é, como êle se preocupava com a independência do Brasil.

Em 1789, a 12 de março, escrevia de Paris a John Jay:

“M. del Pinto, há pouco ministro de Portugal em Londres, que fêz o tratado conosco, acha-se hoje à frente do Ministério português, e por isso entendo que se podem renovar útilmente as negociações, se nosso govêrno o desejar. Talvez se possa obter agora a admissão de nossa farinha nos seus portos, pois que M. del Pinto parecia tocado pelos nossos raciocínios a respeito, e prometia instar com sua côrte, posto que não se atrevesse a introduzir no tratado um artigo naquele sentido. Não há a mesma razão para esperar que se nos dê alguma entrada no Brasil, pois apenas consentiu êle que falássemos nisso. Eu penso que é do interêsse dos portugueses desviar tôdas as tentações que poderíamos sentir de cooperar para a emancipação de suas colônias. Não conheço outro caminho para isto que não seja fazer-nos conveniente a dependência em que essas colônias estão da mãe pátria. E para que tal dependência nos convenha é necessário que nos seja permitido comunicar-nos com elas. Contudo, êsse modo de discorrer não será adotado pelo govêrno de Portugal”.

Em 1791, escrevia Jefferson, a 11 de abril, de Filadélfia, ao coronel Humphreys estas expressivas linhas:

“Mandai-nos tôdas as informações possíveis acêrca da fôrça, riqueza, recursos, ilustração e disposições do

Brasil. O ciúme da Côrte de Lisboa a êste respeito vos há-de necessariamente inspirar as necessárias cautelas no fazer e ao comunicar-nos essas averiguações”.

Com que fim solicitava Jefferson, com tantas cautelas, tão importantes dados?

A tragédia da inconfidência mineira não se havia consumado ainda. O processo, ou símile de processo, pois há muito depoimento que parece forjado, feito sob medida, repetido *verbo ad verbum* e repisado, — continuava. Brasileiros havia alguns nos Estados Unidos, fugidos ao govêrno de opressão que aqui fazia Portugal por seus delegados.

Jefferson sonhava talvez, com os brasileiros refugiados, liberar o Brasil, tornar realidade aquêlo outro sonho de José Joaquim da Maia que êle continuou acalentado.

A 21 de abril de 1792 o ato final da tragédia dos inconfidentes se realizava com o enforcamento e esquartejamento de Joaquim José da Silva Xavier, o heróico Tiradentes que arcaria com tôda a responsabilidade da tentativa tão cobardemente denunciada.

Mas a semente ficaria, e em 1817 brotava em outro recanto brasílico, — Pernambuco.

A notícia dessa revolução correu mundo e Jefferson, ao ter conhecimento dela e do estabelecimento do govêrno revolucionário republicano no Recife, rejubilou, embora se sentisse triste com os sucessos das demais colônias.

E' a M. de La Fayette que, desta vez, se dirige com data de 14 de maio de 1817:

“Desejaria dar-vos melhores esperanças de nossos irmãos do sul. Que êles se tornarão independentes da Espanha não há que duvidar. A questão, e questão muito séria, é saber qual será seu futuro. A ignorância e a superstição tenho por tão impróprias para se governarem, como qualquer outro gênero de loucura. Cairão debaixo do despotismo militar, e ficarão sendo os ensangüentados instrumentos de seus respectivos Bonapartes.

Se por isso tem de ser mais felizes, o regime de um só vô-lo dirã. Persuado-me de que ninguém duvida do sincero desejo que nutro de que tôda a humanidade se governe a si mesma, e tenha a capacidade necessária para isso. Mas não versa a questão sôbre o que desejamos, porém sôbre o que se pode fazer. Como seu sincero amigo e irmão convengo-me de que o melhor para êles seria um tratado com a Espanha, afiançando pela França, Rússia, Holanda, e Estados Unidos, de maneira que competisse a Espanha uma supremacia nominal para a conservação da paz interna, deixando-lhes, aliás, todos os poderes políticos até que experientes do govêrno, emancipados da tutela dos padres, e progredindo na instrução, se

achassem preparados para a completa independência. Eu excluo a Inglaterra desta confederação porque os seus princípios de egoísmo a tornam incapaz de proteger com honra ou de coadjuvar sem interesse, a menos com efeito que alguma revolução (o que parece agora provável) lhe dê um governo assás honesto para consentir que viva em paz o resto do mundo. Portugal empolgando uma parte dos domínios espanhóis no Sul perdeu a sua grande província de Pernambuco, e não será para admirar que o Brasil todo se levante e mande a família real para Portugal. O Brasil é mais populoso, mais rico, mais forte, e tão instruído com a mãe pátria”.

A notícia certamente lhe fôra dada por Antônio Gonçalves da Cruz, conhecido por Cruz Cabugá, liberal extremado, culto, admirador dos pró-homens norte-americanos e da Revolução Francesa, que, conforme dissemos, fôra nomeado embaixador dos revolucionários de Pernambuco nos Estados Unidos.

Hildebrando Accioly (30) assim descreve a missão de Cabugá:

“Para fugir à maledicência e à perseguição prevista (por serem seus inimigos os portugueses do Recife), êle resolve partir para Nova York, onde pretendia fixar residência. Já havia vendido as suas propriedades e obtido o passaporte, quando rebentou o movimento revolucionário (6 de março de 1817), no qual como um dos chefes, figurou.

Poucos dias depois de estalar tal movimento, resolveu o governo republicano do Recife enviar agentes a alguns países estrangeiros, e o Cabugá fôra escolhido para ir aos Estados Unidos da América. Deram-lhe com a qualidade de representante diplomático, a incumbência de obter o reconhecimento formal do governo de Pernambuco pelo governo americano do norte, a de adquirir e fazer transportar para Pernambuco armas e munições e, finalmente, a de contratar, para o serviço do novo governo, alguns oficiais franceses emigrados.

Chegando a Boston em meados de maio de 1817, Cruz fôra ali muito bem acolhido. Não conseguira, porém ser recebido oficialmente, embora tivesse chegado a obter a nomeação de um cônsul americano para servir em Pernambuco.

Em 20 de agosto de 1817, Cruz, já sabedor do malôgro da rebelião, ainda dirigira, de Filadélfia, patético apêlo ao presidente da República dos Estados Unidos, para que socorresse os republicanos de Pernambuco. Nesse apêlo dizia falar em nome de “um milhão e cem mil almas, que deliberaram marchar pela estrada brilhante da liberdade republicana”. E acrescentava: “Aqui principiou o império da liberdade e felicidade do novo mundo. Daqui devem propagar-se as sementes desta preciosíssima planta, até às costas do Brasil e tôdas quantas o Pacífico e o Atlântico banham”.

Sôbre o acolhimento que teve Cruz Cabugá nos Estados Unidos, dá-lo o jornal de Washington *The National Intelligence*, n.º de 22 de maio de 1817, entre outros.

As referências publicadas na correspondência de Boston do *The National Intelligence*, elevam extraordinariamente o famoso pernambucano — “O patriarca Antônio Gonçalves da Cruz, embaixador do govêrno provisório de Pernambuco”, conforme citação de Hildebrando Accioly (30).

Ora, tais manifestações a um revolucionário brasileiro provam de sobêjo a boa vontade, talvez sempre e ainda a influência de Jefferson, dos norte-americanos para com os filhos do Brasil.

Tôdas essas coisas, — gentilezas diplomáticas e consideração popular, — atraíam não só aos brasileiros emigrados ou fugidos, bem como a membros do govêrno, e portugueses nem sempre amigos do Brasil, àquela república e, dos visitantes, raros eram os que deixavam de procurar o grande Jefferson. A carta que a William Short escreveu em 4 de agôsto de 1820, de Monticello, diz com precisão o que tais visitas representavam, especialmente a de M. Correa, de que fala, e que é o Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário José Francisco Correa da Serra que esteve nesse cargo de 31 de janeiro de 1816 a setembro de 1820. Era sacerdote. Nasceu em Portugal em 1750 e faleceu em Lisboa em 1823. Naturalista notável, fundador da Academia das Ciências de Lisboa, era conhecido na França por *Abbé Corrêa*. Homem de grande cultura não foi, contudo, amigo do Brasil e regressou em 1821, com D. João VI a Portugal.

E' a êsse sacerdote e diplomata que se refere na carta a William Short acima referida, e que diz:

“M. Corrêa veio fazer-nos a sua visita de despedida. Ele gostou muito do plano e do progresso da nossa Universidade e fez alguns reparos de muito valor acerca da Botânica. Vai fazer muito bem à sua nova Pátria, pois que a instrução pública pertence à Secretaria que se lhe destina. Tem sentido, e com muita razão, as piratarías de Baltimore. Mas seus princípios de justiça e suas disposições benévolas para conosco, estou certo que o farão distinguir as iniquidades de alguns salteadores dos princípios firmemente seguidos pelos nossos compatriotas em geral, e com especialidade pelo nosso govêrno. As conversações que tive com êle fazem acreditar que percebe e deseja promover na sua nova situação as vantagens de uma sincera confraternidade entre tôdas as nações da América, e que sabe apreciar quanto lhes importa unirem-se em um sistema de política americana totalmente independente, e desligado da política européa. Não está remoto o dia em que se há, de lançar uma linha divisória através do oceano que separa os dois hemisférios, de maneira que de um lado dessa linha se não ouça um canhão

Europeu, nem do outro lado se ouça um canhão americano. Então durante o furor das eternas guerras da Europa, nas regiões da América o leão e o cordeiro estarão juntos. O excesso da população e a escassez de territórios fazem necessárias as guerras na Europa, segundo ai se pensa.

Por cá a população é diminuta, e o terreno extensamente desocupado. A paz nos é necessária para produzir homens a que o solo abundante oferece os meios de viver e de viver felizes. Os princípios da sociedade, portanto, cá e lá são essencialmente diversos, e eu espero que nenhum patriota americano perca de vista o quanto é essencial à nossa política o impedir nos mares e no território de ambas as Américas as ferozes e sanguinolentas disputas da Europa. Desêjo ver começar a aliança. Estou ancioso por um tratado entre as potências marítimas da Europa a fim de expelirem os piratas de seus mares, e da África o canibalismo, para que nós possamos igualmente limpar os nossos mares de semelhantes pragas. Para êste fim quanto folgaria de ver as esquadra do Brasil e dos Estados Unidos navegando juntas, como irmãs, e seguindo o mesmo destino”.

E’ verdadeiramente sublime o pensamento de Jefferson com relação ao Brasil, à sua liberdade e independência.

Com quanta satisfação pois, repetimos, teria êle recebido a notícia de 7 de Setembro de 1822, embora não lhe agradasse o sistema monárquico!

CONCLUSÃO

Tomás Jefferson é, sem favor, o *pai do ideal panamericano*, pois em tôda a sua obra e, em especial, em sua vasta correspondência, o ideal panamericano fulge e rebrilha.

Sua dedicação e interêsse pela independência do Brasil; pela causa da América espanhola tantas vêzes demonstrada; sua pregação constante de deixar a Europa aos europeus e a América aos americanos (*); sua vontade de ver unidos pelo laço da fraternidade todos os povos das Américas, dão a Tomás Jefferson o direito de ser classificado como pioneiro do panamericanismo, cujas bases iniciais, foram estabelecidas por Cruz Cabugá, embaixador dos revolucionários pernambucanos de 1817 (29-30), nos Estados Unidos, onde, junto ao govêrno, e com aplauso de Jefferson conforme vimos em sua carta de 14 de maio de 1817 a M. de La Fayette,

(*) — “Felizmente, êstes abusos dos direitos humanos tendem a encontrar um têrmo em nossos dois continentes, e provávelmente não sobreviverão à atual prova insensata dos leões e dos tigres do outro continente”. — “Nada é tão importante quanto o separar-se a América dos sistemas da Europa, e o estabelecimento de sistemas próprios”. — e centenas de outros semelhantes pensamentos são encontrados em sua correspondência”.

antes citada e transcrita, concitou o povo norte-americano ao altruismo político e teceu verdadeiro hino à liberdade republicana e ao espírito continental.

Pelo exposto, pela grandiosidade das idéias de Tomás Jefferson, por seu interêsse constante às coisas do Brasil desde a entrevista com José Joaquim da Maia em 1787 à independência, em 1822, o grande estadista americano, pioneiro da liberdade e das idéias alevantadas, bem merece a consagração perene na História do Brasil e da América Latina em geral.

Que sirvam estas modestas páginas para ponto de partida a estudos mais detidos e mais eficientes da influência de Tomás Jefferson na vida política e nos movimentos libertários e republicanos. Com estudo semelhante, haveremos de encontrar o nome do insigne estadunidense citado a cada passo, como sucedeu durante a Revolução Farrroupilha, no Rio Grande do Sul (31), e muitas outras, anteriores a esta e a esta posteriores.

Aqui fica, pois, a primeira pedra para o monumento à glória de Jefferson na História dos ideais libertatórios das Américas.

WALTER SPALDING

BIBLIOGRAFIA

- 1). — *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. Ministério da Educação. Biblioteca Nacional. 7 vols. (Imprensa Nacional). Rio de Janeiro, 1936.
- 2). — *Cartas de Tomás Jefferson sobre o Brasil e de Vendek a Tomás Jefferson*. In "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro". Vol. III. Rio de Janeiro, 1841; vol. XLVII, I. Rio de Janeiro, 1884; Vol. LVI, II. Rio de Janeiro, 1893 (neste as cartas de Vendek no original francês). As cartas acima referidas estão conservadas na biblioteca da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, em Washington. Anos 1786 e 1787.
- 3). — *O Pensamento vivo de Jefferson*, apresentado por Jóhn Dewey. Tradução de Leda Boechat Rodrigues. Livraria Martins. São Paulo, (s. data).
- 4). — Francis W. Hisrt, *A Vida de Thomas Jefferson*. Tradução de Carlos Lacerda. Editôra Nacional. São Paulo, 1943.
- 5). — *A Inconfidência Mineira. Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*, por Lúcio José dos Santos. Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesús. São Paulo, 1927.
- 6). — *A History of Brazil by João Pandiá Calogeras*. Translated and Edited by Percy Alvin Martin, Professor of History. Stanford University. Sócio Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Chapel Hill. The University of North Carolina Press, 1939. Edição portuguesa da Companhia Editôra Nacional (Brasiliãna n.º 42). São Paulo.

- 7). — Visconde de Pôrto Seguro, *História Geral do Brasil — Antes da sua Separação e independência de Portugal*. 3a. edição integral. 5 tomos. Editôra Companhia Melhoramentos de São Paulo. São Paulo (s. data).
- 8). — Walter Spalding, *A Propaganda Republicana Especialmente no Rio Grande do Sul* (Inédito).
- 9). — Firmin Roz, *História dos Estados Unidos*. Tradução de Luiz Viana Filho. Editôra Nacional. São Paulo, 1942.
- 10). — Guillermo Valencia Rodas, Professor de Sociologia General y Americana en la Facultad de Derecho, *El Proceso de la Cultura Americana — Sociologia Especial de America*. Ediciones Universidad Catolica Bolivariana. Medellin. Colômbia, 1942.
- 11). — Breno Silveira, *Pequena História da Literatura Norte-Americana*. Livraria Martins Editôra. São Paulo, 1943.
- 12). — *Latin American and the Enlightenment*. Essays by Arthur F. Whitaker, Roland D. Hussey, Harry Bernstein, John Tate Lanning, Arthur Scott Aiton, and Alexander D. Marchant. Introduction by Federico de Onis. Edited by Arthur P. Whitaker. D. Appleton. Century Company, Inc. New York — London, 1942. Veja neste volume o ensaio de Alexander D. Marchant: *Aspects of the Enlightenment in Brazil*, pg. 95.
- 13). — *História do Brasil, desde a chegada da Real Família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831*, por João Armitage. Tip. Imp. e Const. de J. Vítleneuve e Comp. Rio de Janeiro, 1837.
- 14). — *Relações Diplomáticas do Brasil. Contendo os nomes dos Representantes Diplomáticos do Brasil no estrangeiro e o dos Representantes Diplomáticos dos diversos países no Rio de Janeiro, de 1808 a 1912*. Publicação organizada pelo Primeiro Oficial da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Raul Adalberto de Campos, com um prefácio do Professor Dr. Sá Viana. Tip. do Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 1913.
- 15). — *Diplomatic History of the United States, 1775-1921*, by Samuel Flag Bemis and Grace Gardner Griffin. Library of Congress. United States Government Printing Office. Washington, 1935.
- 16). — Gonzalo de Reparaz, *Historia de la Colonización*. 2 vols. Editorial Labor, S. A. — Barcelona — Buenos Aires, 1933-1935.
- 17). — *A Idéia Republicana no Brasil — Prioridade de Pernambuco comprovada em face da história e documentos autênticos*, pelo Major José Domingos Codeceira. Tip. de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos. Recife, 1894.
- 18). — *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*, por Mário Melo. Separata do vol. XXVI da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Imprensa Oficial. Recife, 1941.
- 19). — Dr. Vicente Ferrer, *Guerra dos Mascates* (Olinda e Recife). 2a. edição (Revista e aumentada). Livraria Clássica Editôra de A. M. Teixeira. Lisboa, 1915.
- 20). — Pedro Calmon, *História do Brasil*. 3 vols. (1550-1600; 1600-1700; 1700-1800). (Brasiliana, vols. 176 A e B.). Comp. Editôra Nacional. São Paulo, 1939, 1941 e 1943.

- 21). — “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais”. Volume I, Ano I (1943-1944). Belo Horizonte, 1945. Traz além da conferência sobre Tiradentes (pág. 114) feita pelo comandante Luiz Alves de Oliveira Belo, o facsimile da página de rosto da Constituição Norte-Americana, apreendida por ocasião da prisão dos inconfidentes: *Recueil des Loix Constitutives des Colonies Angloises, Confédérées sous la dénomination d'Etats-Unis. Amérique Septentrionale.* etc. En Suisse, Chez les Libraires Associés. M. DCC. LXXVIII.
- 22). — H. G. Wells, *História Universal*. Em três tomos. Tradução de Anísio Teixeira. Editôra Nacional. São Paulo, 1939. 3.º tomo: A Era das Grandes Potências.
- 23). — Serafim Leite, *Páginas de História do Brasil*. (Brasiliense, vol. 93). Editôra Nacional. São Paulo, 1937.
- 24). — Rodrigo Octávio, *Felisberto Caldeira — Crônica dos tempos coloniais*. 2a. edição. Livraria Aillaud e Bertrand; Paris e Lisboa. Livraria Chardron. Pôrto; Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1921.
- 25). — *As Razoens da Inconfidência, obra Histórica de Muytas & Variadas Notas que esclaresem o texto; a qual escreveu Antonio Torres, Escripitor Publico, etc.* Na loja de A. J. Castilho, Mercador de Livros. Rio de Janeiro, Ano da Graça de MCMXXXV.
- 26). — *Credo da Liberdade. A Constituição dos Estados Unidos e Outros Documentos Históricos*. Obra coligida pelo WPA Writers Program. Tradução em Português da Repartição Central de Traduções. Secretaria de Estado dos Estados Unidos da América. Publicação T C-222. (U. S. Government Printing Office, 1945).
- 27). — Hélio Lobo, *Cousas Diplomáticas*. Livraria Editôra Leite Ribeiro & Maurillo. Rio de Janeiro, 1918.
- 28). — Joaquim Nabuco, *Camões e Assuntos Americanos*. Seis Conferências em Universidades Americanas. Traduzidas do inglês por Carolina Nabuco. Editôra Nacional. São Paulo, 1940.
- 29). — F. de Leonardo Truda, *O Brasil e a Doutrina de Monroe*. Editôra Monteiro Lobato. São Paulo, 1924.
- 30). — Hildebrando Accioly, *O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América*. (Brasiliense, vol. 55). Editôra Nacional. São Paulo, 1936.
- 31). — *Foram os chefes Farrroupilhas republicanos antes do Seival?* Tese de Walter Spalding, in “Anais do IV Congresso de História e Geografia Sul-riograndense”. 2 vols. Oficinas Gráficas da Livraria do Glôbo. Pôrto Alegre, 1946. (II vol.).
- 32). — Castilhos Goycochêa, *Dois ensaios: As possessões européias na América. — As relações diplomáticas entre o Brasil e Portugal*. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1949.
- 33). — Aluísio Napoleão, *Rio Branco e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos*. Ministério das Relações Exteriores. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1947.
- 34). — M. de Oliveira Lima, *Aspectos da História e da cultura do Brasil*. Conferência inaugural na Universidade de Lisboa. Livraria Clássica Editôra. Lisboa, 1923.